



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

DIÁRIO
inconveniente

Devemos financiar os partidos?

Há por aí uns políticos líricos que não sabem o que é serviço público.

Tratam tudo por igual e acham que, numa sociedade frágil como a nossa, cada um que se safe como puder.

De um lado são os populistas radicais, que gostam do caos, e do outro são os fundamentalistas do mercado, que preferem os ricos a ditar as leis aos mais pobres.

Para esta gente, a comunicação social é perfeitamente dispensável, porque as “redes sociais” tratam de substituir o bem comum que é a informação e o conhecimento.

Os políticos, por natureza, nunca gostaram da comunicação social, porque não gostam de ser escrutinados, preferindo um jornalismo dócil e sem incómodos, como ainda agora se viu por aquela desastrada declaração de Montenegro.

Vem isto a propósito do fundamentalismo obsessivo de que a comunicação social regional privada, em comunidades pequenas e frágeis como a nossa, deve ser banida de qualquer apoio público, porque o mercado não a consegue financiar.

A comunicação social de regiões pequenas como a nossa, ao contrário do que dizem alguns iluminados, não é uma empresa qualquer, nem pode ser comparada a uma padaria, porque é, exactamente, “social”, um bem comum à sociedade, que presta um serviço cultural à comunidade, sobretudo se a comunidade não tiver outra forma de usufruir desse bem.

Sem comunicação social a democracia enfraquece e a sociedade fica entregue ao ódio desregulado das “redes sociais”, onde impera a desinformação e muita manipulação.

O jornalismo equilibra o sistema democrático, porque tem regras, e ajuda a combater a desinformação e a iliteracia que grassam no espaço público.

O “custo social” que pagamos pelo acesso à cultura, aos

transportes, aos medicamentos ou outros serviços e bens sociais é exactamente para colmatar os desequilíbrios do mercado, a que muita população dessas comunidades mais frágeis não conseguiria usufruir se fosse “o mercado a funcionar”.

O serviço público da rádio, da televisão ou da agência noticiosa do país não são piores do que os outros só porque são financiados com o dinheiro dos contribuintes.

É como os partidos políticos, que têm os seus financiamentos próprios, mas também recebem subvenções públicas pagas pelo dinheiro dos contribuintes (só este ano são mais de 20 milhões de euros).

Da mesma forma que alguns partidos questionam o apoio público à comunicação social, devemos questionar se os partidos devem ser financiados pelos cidadãos.

E quem controla o financiamento? Gastam em quê? Porque havemos de pagar uma bancada parlamentar com um ou mais deputados, dotados de assessores, técnicos e secretárias?

Exactamente porque o bem de uma sociedade democrática assim o exige.

Do mesmo modo que, para a democracia funcionar, são necessários os partidos, o mesmo se atribui à comunicação social, necessária a uma democracia saudável e pluralista e a uma sociedade informada com seriedade e com base em regras deontológicas.

Somos uma sociedade muito pequena para termos as mesmas coisas das grandes.

O que funciona para os mercados de grande dimensão, não se pode aplicar numa geografia como a nossa.

É tudo uma questão de sensatez e seriedade.

O populismo, radical ou liberal, não nos leva a bom porto. Na política não vale tudo.

Empresários de S. Miguel acusam governo de agravar os custos dos transportes marítimos para todas as ilhas

A Direção da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada - Associação Empresarial das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria esteve reunida para analisar o anúncio do governo de que irá dar continuidade ao modelo atual de transportes marítimos, com reforço de algumas rotações.

“Tendo em consideração a posição desta instituição face aos custos de transporte marítimos para os Açores que este modelo gera e a forma como estes custos são suportados a direção decidiu manifestar publicamente a sua discordância com a decisão avançada pelo governo”, lê-se no comunicado da reunião.

Os empresários de S. Miguel e Santa Maria invocam várias razões, entre as quais “o modelo de imposição de obrigações de serviço público, sem as devidas compensações pelos sobrecustos que implica, é ineficiente e penaliza sobremaneira as empresas e os consumidores”.

Os empresários dizem que este modelo “gera custos demasiado elevados para os consumidores, reduzindo o seu poder de compra, e para as empresas, reduzindo a sua competitividade e



atrasando o crescimento da economia dos Açores”.

“O modelo gera, naturalmente, um oligopólio, mas não prevê qualquer mecanismo de regulação, levando à degradação do serviço por virtude de gerar mecanismos afastados da concorrência e, adicionalmente, a degradação dos investimentos em equipamentos”, acrescentam os empresários.

E prosseguem: “Contrariamente ao

que acontece no transporte aéreo, o modelo não prevê qualquer compensação pública pelos custos acrescidos que impõe, remetendo o ónus do seu financiamento para os mercados maiores que ficam impedidos, por esta via, de competir melhor, com reflexos negativos no crescimento das exportações, da economia e do emprego e da própria capacidade das empresas de remunerar melhor o trabalho”.

A estratégia anunciada pelo gover-

no “tem um efeito imediato de agravar os custos do transporte marítimo para todos os residentes dos Açores e de impedir que estes serviços sejam desagravados no futuro previsível”.

O modelo “ao ignorar as poupanças de abordagens mais competitivas, com a devida regulação e compensação públicas, sacrifica a iniciativa privada aos interesses políticos conjunturais, sem melhorar, efetivamente, o bem-estar das populações mais afastadas, sobrecarregando as populações mais centrais”.

Os empresários concluem que “o modelo adotado não salvaguarda a coesão eficiente, atrasando o ecossistema produtivo da região”, acrescentando que “o modelo ignora, por completo, os princípios patentes nos modelos utilizados para o transporte aéreo criando uma dualidade incompreensível entre o transporte aéreo e o marítimo, sendo que o marítimo afeta todos os açorianos todos os dias, através do custo dos produtos que consomem, enquanto o transporte aéreo só afeta os açorianos que viajam mais, quando viajam”, conclui o comunicado da Câmara do Comércio.